



ISSN 1984-5634

ARTIGO

AS DIVERSAS OPERÁRIAS NA IMPRENSA RIO-GRANDENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

*The several female workers in the Rio-Grandense
press during the First Republic*

DAIANA DOS SANTOS MACEDO*

RESUMO

O presente trabalho faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso e investiga as representações que a mulher operária teve na imprensa rio-grandense durante o período da Primeira República. Ele compreende uma discussão historiográfica sobre a mulher na classe trabalhadora brasileira, bem como de debates sobre gênero e classe. As fontes analisadas foram selecionadas de três periódicos, de públicos e perfis distintos: *O Exemplo*, *A Democracia* e *A Federação: Órgão do Partido Republicano*. Busca-se através dessa pesquisa analisar como a operária era retratada nos meios de comunicação da época. Como resultado do trabalho, verificou-se diferentes tipos de representação da mesma operária: a mulher frágil, a que abandonou o lar pela fábrica e a ladraque roubou o trabalho do homem.

PALAVRAS CHAVES: Operária. Imprensa. Trabalhadora.

ABSTRACT

The present work is part of my final paper and investigates the representations that the worker woman had in the press of Rio Grande do Sul during the period of the First Republic. It comprises a historiographical discussion about women in the Brazilian working class, as well as debates on gender and class. The sources analyzed were selected from three journals of different audiences and profiles: *O Exemplo*, *A Democracia* and *Federação: Órgão do Partido Republicano*. This research seeks to analyze how the worker woman was portrayed in the media of the time. As a result of the work, there were different types of representation of the same worker woman: the fragile woman, the one who abandoned her home for the factory and the thief- the woman who stole the men's work.

KEYWORDS: Female labourer. Women. Press.

Esse artigo faz parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso e a pesquisa se foca em analisar quais eram as imagens e os pontos de divergência e convergência entre as construções sobre o feminino presentes em diferentes jornais rio-grandense. As representações da mulher ao longo da história variam da pecadora à santa. Essas representações do sexo feminino são antigas e muitas delas ainda perduram na atualidade. Em certos momentos, a mulher é associada a Eva, responsável pela queda do homem, o agente desestabilizador. Se o homem é a ordem, a mulher seria a desordem; a ideia da mulher criminoso ou manipuladora, a mulher

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 21.03.2022

ACEITO: 30.09.2022

COMO CITAR:

MACEDO, D.S. As diversas operárias na imprensa Rio-Grandense na Primeira República. *Aedos*, v. 15, n. 33, p. 201-218, jan.–jun., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
ORCID iD: 0000-0001-7825-544X. E-mail: daianasm200@yahoo.com.br

como Perrot (1988, p. 178) cita que “puxa os fiozinhos dos pobres homens”, que seriam marionetes fáceis nas delicadas mãos femininas.

O outro lado dessa moeda seria a mulher santa, símbolo de pureza, musa inspiradora. De acordo com Perrot (1988), a mulher não poderia ser a fonte de todo o mal, então essa outra mulher apresentada para sociedade tinha uma missão: a missão civilizadora, com a função de educadora. Era a “rainha do lar”, cabendo a ela a responsabilidade da educação dos futuros cidadãos da nação. Essa mulher construída pela perspectiva masculina, seria uma mulher obediente, submissa, frágil, que precisa constantemente da proteção e orientação do homem, tendo a sua esfera de ação restrita ao lar e como papel principal o de “boa” esposa e mãe.

É possível encontrar esse estereótipo de mulher presente no imaginário da sociedade gaúcha da Primeira República. Com a expansão das fábricas, que ocorria nesse período aqui no Brasil, um grande número de homens, crianças e mulheres foram absorvidos como trabalhadores e trabalhadoras pela nascente indústria e com isso, ocorre um aumento da presença feminina no universo operário, o que foi notado pela sociedade e pelos veículos de comunicação da época.

É importante salientar que o fato das mulheres estarem entrando para o mercado de trabalho juntamente com os homens na indústria, não significa que elas não trabalhassem antes disso. A mulher das camadas mais pobres da sociedade, a mulher negra, em particular, sempre trabalhou, seja como lavadeira, cozinheira, doméstica ou cuidando de outras crianças, idosos e outras pessoas, ou seja, o trabalho nunca foi um elemento estranho na vida da mulher, apesar de existir uma ideia de que esse tipo de trabalho, o trabalho doméstico¹, não seja importante.

Na imprensa rio-grandense da Primeira República é possível notar algumas representações da mulher operária. Há um grande debate sobre o conceito de representação dentro da historiografia. O autor Coelho (2014) afirma que as representações são construções sociais da realidade, onde os sujeitos fundamentariam as suas visões de mundo a partir dos seus interesses. Ainda para o autor compreender as representações dos grupos seria compreender como o mundo deles é construído socialmente.

Para Chartier (1990) as representações do mundo social acabam sempre sendo determinadas pelos interesses dos grupos que os forjam, sendo que essas percepções da realidade não são de maneira alguma neutras, pois produzem estratégias e práticas, que como cita o autor (1990, p.17) “que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”. Pesavento (2008) também discorre sobre as representações e ressalta que elas passaram a ser notadas como a corporificação da ausência, onde o representante e o representado possuem uma relação de aproximação e distanciamento.

Essa pesquisa pretende examinar representações da mulher operária em periódicos da imprensa burguesa, imprensa negra e operária rio-grandense, analisando quais eram as imagens e os pontos de divergência e convergência entre as construções sobre o feminino presentes nesses diferentes jornais. O período selecionado para pesquisa foi a Primeira República, pois nesse momento começa uma grande demanda da mão de obra feminina dentro das fábricas no Brasil.

Foram selecionados para essa pesquisa, nove reportagens de três diferentes jornais que circulavam no período de 1905 a 1919 em Porto Alegre: *A Federação: Orgam do Partido Republicano*, *A Democracia*

¹ Sobre a discussão do trabalho doméstico ver SOUZA, 2015.

e *O Exemplo*. Com base nas assinaturas que aparecem nos textos, com exceção dos textos do jornal *A Democracia* que não possuem uma assinatura, pode-se inferir que todos os outros textos foram escritos por homens.

Ao usar periódicos como fonte historiográfica, há diversos pontos a serem discutidos. Cláudio Pereira Elmir (2012) e Tania Regina de Luca (2008) trazem reflexões valiosas sobre a metodologia a ser aplicada para esse tipo de fonte em uma pesquisa histórica. Ambos travam uma discussão sobre o uso da imprensa, ressaltando ao historiador alguns pontos que devem ser considerados durante a sua investigação.

A preocupação sobre o uso de jornais na história era tanta que Luca (2008) ressalta que até a década de 1970, era menosprezada a importância desses impressos como documento histórico por serem vistos como fontes imprecisas e tendenciosas. Elmir (2012) pontua que há uma questão metodológica que merece a atenção do historiador, no que diz respeito à forma como iremos interpelar essa fonte, pois o jornal pode ser uma fonte traiçoeira. Ao pensar que um periódico é apenas uma fonte de informações dos acontecimentos, isenta de qualquer juízo de valor, o pesquisador pode cair em uma “armadilha” ao não fazer a devida crítica documental.

Ao se utilizar de um jornal como uma fonte para pesquisa histórica, o historiador precisa colocar em contexto todas as informações que aquele texto está passando, fazendo o uso de outras fontes e informações sobre o objeto que está sendo pesquisado, a fim de possa ter uma visão mais global dos fatos que estão sendo estudados. E não usar o jornal como fonte da verdade absoluta.

Foi através dos elementos proporcionados por ambos que partiram as minhas reflexões para análise da minha pesquisa. Espera-se que o presente estudo possa contribuir um pouco mais para historiografia, em especial o campo da história do trabalho que tem como objeto de estudo a mulher operária.

O SURGIMENTO DA FIGURA DA OPERÁRIA

Na virada do século XIX para o século XX, o Brasil começa o seu processo de industrialização com o surgimento das primeiras fábricas. Evangelina Aravanis (2010) explica que a industrialização no Rio Grande do Sul nesse período se situa em dois polos produtores, um fica em Rio Grande e Pelotas e o outro localizado nas regiões de Porto Alegre, Caxias do Sul e Vale do Rio do Sinos.

Juntamente com o homem, crianças e mulheres também se tornam presenças comuns dentro das fábricas. Evangelina Aravanis cita que houve “um crescimento numérico da mão de obra operária nestes espaços, bem como a significativa presença feminina e infantil, aos quais eram pagos baixos salários” (2010, p.155). Nas primeiras décadas do século XX, a mulher esteve presente nas indústrias têxtil, calçadista, de vestuário, cigarros e charutos, fósforo e alimentícia do Rio Grande do Sul. No fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX começam a surgir os primeiros sindicatos, os movimentos operários e também as primeiras greves gerais. É neste contexto que emerge a figura da mulher operária nas fábricas.

Nas últimas décadas, vem crescendo o número de estudos sobre o movimento operário e sobre a mulher operária no Brasil. Esses estudos acabaram gerando diversas discussões importantes sobre a atuação feminina dentro dos movimentos operários, o impacto da sua presença no mercado de trabalho e as dificuldades enfrentadas por elas.

Em pesquisa de 2005, Bilhão (2005) apresenta uma discussão sobre a mulher operária gaúcha na Primeira República que nos permite compreender um pouco melhor o universo em que ela estava inserida. A autora afirma que com o aparecimento e expansão de novas fábricas, especialmente as têxteis e alimentícias, as mulheres começaram a se tornar mais visíveis nos espaços públicos e nos locais de trabalho, aqui destaco que já havia espaços públicos ocupados por mulheres², em especial pela mulher negra, mas esta não possuía a mesma visibilidade que a mulher branca, sendo mantida em um segundo plano. Bilhão também ressalta que

(...) as mulheres porto-alegrenses começaram a entrar no mundo do trabalho no momento em que as oficinas estavam dando lugar às fábricas e elas passaram a trabalhar em um ambiente onde as relações impessoais e o aumento da distância entre os donos de empresa e os funcionários possibilitaram o desenvolvimento de práticas que permitiam uma exploração ainda maior do trabalho (BILHÃO, 2005, p. 157).

As mulheres eram uma mão de obra muito explorada dentro das fábricas; os seus salários eram mais baixos quando em comparação aos dos homens e a própria estrutura das fábricas facilitava que houvesse um distanciamento maior nas relações interpessoais, fazendo com que essa exploração da mão de obra acontecesse com uma maior facilidade. Com a entrada da mulher nas fábricas, ocupando ainda mais o espaço público e o que antes era considerado um território masculino, a mulher tornou-se mais visível nessa sociedade.

Sendo impossível ignorar essa presença feminina, esta começou a aparecer na imprensa da época em discussões sobre seu papel e seu lugar na sociedade. Conforme Bilhão, além dos debates, via imprensa, também eram abordados os riscos e as consequências que haveria para sociedade de as mulheres estarem trabalhando nas fábricas. Um dos riscos que poderia ocorrer com a mulher trabalhando fora é o abandono familiar.

Cabe destacar uma das particularidades da construção da figura feminina no Rio Grande do Sul na época: sob forte influência do ideário positivista, foi conferido à mulher uma “superioridade espiritual” sobre os homens, atribuindo-lhes como funções fundamentais, a maternidade, a manutenção do lar e instrução dos filhos (ISMÉRIO, 1995 apud BILHÃO, 2005, p.165). Essas funções eram o corolário da mulher, sob o título de rainha do lar, o maior trabalho da mulher era dentro do seu lar e com sua família.

Para Joana Pedro (2004), a predominância das ideias positivistas significou a repetição dos mesmos papéis homogeneizadores femininos e masculinos, deixando bem visível as atribuições de cada um. Assim, a saída da mulher do lar para o trabalho significaria um abandono de suas funções domésticas.

Além da ideia de que a família corria riscos pela mulher estar trabalhando fora do lar, havia um outro medo recorrente que rondava o imaginário daquela sociedade: o perigo que a honra feminina poderia estar correndo. Essa preocupação acerca do perigo do assédio que as mulheres poderiam sofrer ao ir trabalhar nas fábricas também provém da imagem que se possuía da mulher.

Margareth Rago (2004) cita que as operárias muitas vezes surgiram como “mocinhas infelizes e frágeis”, aparecendo desprotegidas e emocionalmente vulneráveis, se tornando presas da ambição masculina. E isso se deve a uma construção da representação feminina feita pela ótica masculina. Caroline

2. Acredito que quando a mulher, em especial a mulher branca, começa a ocupar espaço de trabalho que antes eram considerados serem apenas para homens é quando a sociedade e os meios de comunicação da época começam a percebê-la como trabalhadora com um certo receio. (N/A)

Matoso e Luana Ledermann (2019), em artigo recente, argumentam no mesmo sentido, ao observar que os discursos da mulher “frágil, dócil e obediente” estavam presentes nas relações interpessoais no universo fabril e nessa concepção a mulher frágil precisava de proteção.

Essa imagem de fragilidade não condizia com a realidade, ainda mais quando se analisa a atuação dessas operárias dentro dos movimentos grevistas. Muitas mulheres do período participaram ativamente do movimento operário e lutaram por melhorias nas condições de trabalho, protestando por aumento da remuneração e jornadas de trabalho melhores.

Glaucia Fraccaro (2018), por exemplo, observa que as greves operárias de 1917, em São Paulo, se tornariam o símbolo não só da miséria social vivida pela classe trabalhadora no período, mas também de rebeldia e revolta de mulheres e homens que compunham a força de trabalho da cidade. Ao estudar a Greve Geral de 1906 de Porto Alegre, Joan Bak também chama atenção para as presenças das mulheres que foi extremamente importante para que a greve desse certo. Conforme Bak (2003), os operários sabiam da posição estratégica das mulheres trabalhadoras em grandes estabelecimentos industriais e era relevante ganhar a sua adesão. Fraccaro (2018) afirma que a participação das operárias era parte fundamental da negociação dos conflitos, como foi durante a Greve Geral de 1917.

Além desses riscos, também havia a preocupação de que as mulheres passassem a tirar os empregos dos homens. A realidade é que havia um grande número de mulheres trabalhando nas indústrias e, como o que já foi citado anteriormente, a mão de obra feminina tinha um custo mais baixo que a masculina, algo que aos olhos dos empresários representava uma vantagem maior. Por ser uma força de trabalho abundante e barata, acabava sendo bastante lucrativo para os industriais.

ALGUMAS QUESTÕES DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA

A classe acaba se tornando um conceito central para se trabalhar, pois permite ter uma compreensão mais profunda sobre esses trabalhadores e trabalhadoras, sobre as relações sociais das quais eles estão imersos e também sobre as suas identidades. Para Thompson (1965), classe é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Ao discorrer sobre a questão de consciência de classe, o autor cita que seria somente através do processo de luta, que as pessoas se descobririam como classe e criariam a sua consciência de classe.

E se a classe é um dos fatores das relações de dominação, o gênero é outro fator de grande peso que permeia as relações de trabalho. O trabalho e a mulher nunca foram estranhos um para o outro: a mulher de camadas sociais mais pobres sempre trabalhou. Heleieth Saffioti (1976) afirma que a mulher em todas épocas e lugares tem contribuído para a subsistência de sua família para criar a riqueza social. Para a autora, havia uma tradição de submissão da mulher ao homem nas sociedades pré-capitalistas.

Com o aparecimento do capitalismo, a situação da mulher se altera. Conforme a autora, no processo de individualização inaugurado pelo capitalismo, a mulher entraria com uma dupla desvantagem social: no nível superestrutural, onde há uma desvalorização de suas capacidades, com o objetivo justificar a supremacia masculina e; no plano estrutural, à medida que se “desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção” (SAFFIOTI, 1976, p.18).

No mesmo sentido, Michele Perrot comenta que

(...) oprimida por uma dominação bicéfala em que o homem e o patrão se apoiam, o proletariado feminino oferece todas as características de um exército industrial de reserva: emprego flutuante, sem qualificação, suas remunerações são inferiores acerca das remunerações dos homens, para os homens o salário da operária significava apenas um complemento de renda, algo temporário, a operária sofreu dupla opressão: como mulher e como operária (PERROT, 1998. p. 156).

Essa dupla opressão que se dá enquanto operária e mulher está ligada à maneira como a dominação é exercida tanto pelo marido quanto pelo patrão. Para este último, a operária é vista como uma mão de obra mais barata que a do homem e sem qualificação, podendo ser facilmente substituída, enquanto que o marido ou companheiro enxergaria o trabalho da mulher como algo complementar à renda familiar. Assim, o emprego dessas mulheres não era visto como algo permanente em suas vidas, sendo algo temporário, com certo tempo de duração. O gênero e a classe interferiram na vida da mulher trabalhadora de uma forma diferente.

Joan Scott (1990) descreve o gênero como sendo dividido em duas partes. O gênero seria um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, mas também uma forma primária de dar significados às relações de poder. Para a autora, o conceito de gênero constrói e legitima as relações dentro da nossa sociedade; o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado.

Na primeira parte do conceito, Scott aponta quatro elementos interrelacionados: representações simbólicas³, conceitos normativos (que expressam interpretações dos significados dos símbolos), fixidez dos papéis (uma permanência intemporal na representação binária do gênero) e, por fim, a identidade subjetiva do gênero. Para a autora, esses quatro elementos, que não operariam um sem o outro. Como exemplo da fixidez dos papéis, pode ser mencionado aqueles que em geral são atribuídos aos homens e mulheres, sendo o homem o provedor do lar e a mulher esposa, cuidadora do lar e da família.

Para Saffioti (1976), a ideia de que a missão mais importante da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminino, mas uma especialização que destina às mulheres das camadas intermediárias as ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. Ainda para as famílias proletárias, foi adotado (na medida de suas possibilidades) um modelo ou uma ideologia, oriunda da classe dominante: que a mulher deve ser exclusivamente dona de casa, guardiã do lar.

O modelo binário criado que determina os papéis de gênero está relacionado também à divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres foram relegadas a funções de menor importância na esfera pública. Daniele Kergoat (2009) sustenta que as condições sociais em que homens e mulheres vivem não são resultados das suas diferenças biológicas, mas sim das construções sociais existentes, a divisão sexual do trabalho não seria apenas a divisão das tarefas entre homens e mulheres, e sim uma relação de poder dos homens para com as mulheres.

3 A autora traz como exemplo Eva e Maria, que representariam dois lados completamente opostos um do outro, um representaria a mulher fatal, pecadora, a escuridão e a outra seria a inocência, pureza e luz, nesses dois exemplos temos representado o bem e o mal, que foram usados para caracterizar a mulher ao longo da história (SCOTT, 1990). Michelle Perrot (1988) observa que a natureza feminina teria dois polos: um maternal e benéfico e outro mágico, vermelho como o sangue maléfico; a mulher poderia ser a mãe, benevolente, ciente do seu papel de esposa e dona do lar, ou poderia ser uma força desestabilizadora do homem, ardilosa, manipuladora da qual o homem seria uma vítima.

Um outro fator que vem “somar” nessa equação das relações de dominação é a raça. Biroli e Miguel (2015) afirmam que a dominação de classe assim como o racismo e sexismo operam juntos e restringem ou potencializam a trajetória das pessoas. Os autores ressaltam que os indivíduos seriam o ponto em que essas diferentes opressões se cruzariam, sendo a sua posição social resultado desse entrecruzamento.

Ainda segundo os autores, a dissociação dessas variáveis pode levar a análises parciais, mas principalmente a distorções na compreensão da dinâmica de dominação e dos padrões das desigualdades” (2015, p.29). Para poder melhor compreender as relações de dominação existentes na sociedade é necessário ter em mente que raça, gênero e classe atuam unidos e não de maneira separada. Greenshaw (2002) ao introduzir o conceito de interseccionalidade afirma que se trata de uma conceituação de um problema que busca as consequências e dinâmicas da interação de dois eixos ou mais da subordinação, “ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (2002, p.177)

Durante a minha pesquisa nas fontes analisadas encontrei três tipos diferentes de representações da mulher operária: a mulher frágil/indefesa, a que abandona o lar e a mulher que rouba dos homens os empregos. Minha hipótese é que provavelmente as operárias possuíam uma visão muito diferente de si mesmas, mas infelizmente essa pesquisa não encontrou, nos jornais selecionados, nenhum texto que trouxesse uma outra representação ou um ponto de vista diferente quando o assunto era a mulher operária.

A TRINDADE FEMININA - AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DA MULHER NA IMPRENSA

POBRE OPERÁRIA! QUEM PODERÁ DEFENDÊ-LA?!!

Fragilidade, delicadeza, docilidade são características associadas à imagem da mulher rio-grandense durante a Primeira República, descritas como virtudes femininas e que também foram usadas para moldar a figura da operária. Como menciona Margareth Rago, as operárias eram percebidas pelos jornalistas como mocinhas “infelizes e frágeis” (2004, p.485).

Um exemplo é a notícia sobre a questão do pagamento das costuras manufaturadas para o Arsenal da Guerra que saiu publicada em 1905 no jornal *A Democracia*. No artigo era noticiado que haveria uma troca do responsável pelo pagamento dos trabalhadores, que passaria a ser a Delegacia Fiscal. Na visão da pessoa que escreveu o texto, isto seria um problema para as costureiras. De acordo com a publicação de 21 de maio

(...) Não sabemos se dessa mudança de lugar de pagamento advém qualquer vantagem para o governo, mas acreditamos piamente que ela vai facilitar a exploração da gananciosa agiotagem e prejudicar, portanto, muitas costureiras.(...) Reflitamos agora com que dificuldades irão lutar as *pobres* costureiras, cheias de acanhamentos, como em geral sucede às senhoras, para andarem, talvez, de seção em seção, a fim de receberem o seu dinheiro, ganho sabe Deus com que sacrifício(...) Ora ante perspectiva tais, muitas *pobres* costureiras preferirão (...) (p.02, meu grifo)

A timidez e o acanhamento dificultariam à trabalhadora, de acordo com o jornal, exigir de uma maneira mais firme os seus pagamentos. Além de serem descritas como frágeis e tímidas, característica que seriam intrínsecas às mulheres, as operárias também eram consideradas mais dóceis que os homens,

sendo essa uma das razões pelas quais seriam mais exploradas dentro das fábricas, como se pode ver em outro texto, também de *A Democracia*, desta vez de 30 de dezembro de 1906.

O pessoal operário da fábrica de fósforo, trabalha 11 horas por dia (...) é muito mal pago, não tem nenhuma garantia de estabilidade do salário e do emprego. Naquela fábrica os salários são mais baixos do que qualquer outro congênere; e nela são muito aproveitadas para o trabalho as *mulheres e as crianças*, porque estas são muito mais dóceis que os homens (p. 4)

Esses atributos (fragilidade, timidez e docilidade) contribuíam para construção da imagem de vulnerabilidade da trabalhadora, implicando a ideia de que a mulher precisaria sempre da proteção de um homem.

Em outra fonte analisada na pesquisa, também é possível ver esse quadro desenhado pela imprensa operária. Na edição de 16 de abril de 1916 de *O Exemplo*, mais uma vez vemos aí a representação inferiorizada da operária. O autor Mariano Garcia, ao longo do seu texto, denuncia a exploração da mão de obra infantil e feminina nas fábricas e explica as razões pelas quais crianças e mulheres não devem trabalhar na indústria. As operárias são retratadas como “as pobres mulheres casadas, viúvas ou solteiras, longe do seu lar, dos seus entes queridos(...) na fábrica envenenam o juízo das infelizes”.

Destaco que nesse texto há um outro ponto interessante. Ao se referir à exploração da mão de obra, o autor faz uma comparação entre as crianças e as mulheres, ao citar que “ (...) os capitalistas industriais modernos, assentam a sua exploração no trabalho das mulheres e crianças no duplo intuito de pagar menos, não ter tanto quem proteste, porque mulheres e crianças nunca protestam (...)”. Com isso, os redatores acabavam relegando às trabalhadoras o papel de agentes passivos, que não possuem voz ativa para protestarem por melhorias no trabalho.

Esse papel de passiva não condizia com a realidade. Como já foi destacado por diversas autoras, havia uma grande presença feminina nos movimentos grevistas da época, o que acaba se contrapondo a essa imagem que defino como “donzela em perigo à espera de um cavalheiro para salvá-la”.

A figura da operária vulnerável foi encontrada principalmente nos jornais *A Democracia* e *O Exemplo*, sendo que neste segundo havia uma outra preocupação acerca dessa fragilidade que não encontrei no primeiro. Nos textos de *O Exemplo*, havia um forte receio de que a operária tivesse a sua honra maculada pelo seu patrão. A denúncia do risco de assédio sexual que a mulher poderia sofrer trabalhando na fábrica ou até mesmo a caminho dela é uma verdadeira preocupação para o jornal. Por ser um periódico da comunidade negra e direcionada para ela, é possível que essa questão se sobressaísse mais que na imprensa branca. E isso aconteceria talvez pela razão de que a mulher negra era um alvo maior do constante assédio por parte dos homens.

Em um dos artigos analisados, do dia 1º de maio de 1911, escrito por Silva Mansinho, é feita uma comparação entre o trabalho de uma caixeira de loja de fazendas e uma operária, sendo que a segunda correria um perigo maior ao assédio do que a primeira

O pudor, os melindres de uma caixeira de loja de fazendas, está menos exposto a falta de educação de mequetrefes do que essas pobres senhoritas que perambulam diariamente pelas ruas da cidade, no vai e vem das fábricas, onde interna-se nas diversas seções, e ficam sujeitas ao suborno pernicioso dos capatazes caixeiros, caixas, guardas livros e quejandos. (p. 03)

É possível ver que, para o redator, o perigo que rondava uma mulher que trabalhava em uma fábrica não era restrito apenas ao interior do local de trabalho, mas se encontrava até mesmo na rota para o serviço, onde as trabalhadoras estariam expostas à falta de educação de “mequetrefes”. Nesse texto é possível ver mais uma vez a mulher desprotegida que tem a sua honra colocada em perigo tanto dentro da fábrica quanto fora dela.

Rago (2004) afirma que essa ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho estava presente nos discursos de diversos setores da sociedade, sendo que a fábrica era descrita como um antro de perdição, enquanto a trabalhadora era representada como ser passivo incapaz de se defender. A fábrica estaria associada a um lugar onde a moral e honra da mulher poderiam ser perdidos. Seria perigoso para uma mulher estar trabalhando em um ambiente assim. A autora ainda ressalta que “essa visão está associada, direta ou indiretamente, à vontade de direcionar a mulher à esfera da vida privada” (2004, p.489).

Em outro texto do jornal *O Exemplo*, de 1916, ao narrar a demissão de um grupo de operárias da fábrica Fiação e Tecidos, o jornal diz

Hoje trazemos outro, à baila, devido à maneira distinta e edificante e distinta com que um grupo de antigas e laboriosas empregadas na Fiação e Tecidos desta capital preferiu as duras necessidades da vida aos palavrões ordinários dum incivil contramestre. Esse grupo constituído de 16 senhoras, quase todas casadas (...) outras solteiras, trabalhando pela subsistência de seus progenitores, responderam com o abandono do trabalho ao palavrão de sem vergonhas, proferido por aquele que, tendo a obrigação de manter o respeito no trabalho, deveria respeitar os que lhes estão afectos (*O Exemplo*, 17 de setembro de 1916 p.01)

Nesse texto de *O Exemplo*, a imagem das operárias difere um pouco da imagem de mulher vulnerável e frágil. Assim, por terem se negado a continuar trabalhando na fábrica por causa do insulto proferido pelo contramestre, essas trabalhadoras são elogiadas, e o jornal comenta que “foi de bela nobreza esse gesto das laboriosas operárias, que tudo sacrificam pelo bom nome dos seus maridos e filhos” (p 01). Para o periódico, portanto, as mulheres podem ser vistas como um exemplo de comportamento feminino considerado desejável, ao abrir mão de seus empregos a fim de conservar a sua moral e da sua família.

O comportamento dessas mulheres, difere da operária passiva, pois nesse caso, elas aparecem como sujeitos da ação se contrapondo ao patronato. A ação desse grupo de mulheres é bastante elogiada pelo autor do texto, João Jorge, que a usa também como exemplo para os homens trabalhadores

Deixar passar tal fato sem louvor a esse distinto grupo que pode servir de exemplo a homens de caráter pusilânime, - que preferem abandonar o trabalho - não é justo visto que a dignidade não é direito exclusivo dos homens. (*O Exemplo* 17 de Setembro de 1916, p. 1)

Enquadrar determinada ação de operárias como exemplo de comportamento correto para homens também foi uma estratégia usada durante a greve de 1906 em Porto Alegre, porém com uma outra intenção. Bak (2003) relata o caso da operária que rompeu o relacionamento com o seu namorado, pois este apoiava o movimento grevista. Essa jovem foi vista como uma heroína. Bak cita que

O rótulo de heroína foi aplicado pela primeira vez pelo proprietário da indústria têxtil e depois foi aproveitado pelo jornal *A Federação*. Apresentando esse relato para edificação do público, o órgão do partido oficial tornou uma mulher modelo do “bom trabalhador”. (Bak, 2003, p. 215)

O caso citado por Bak, diferentemente do caso de *O Exemplo*, foi usado pelos patrões e pelo PRR para tentar incutir no operário o “bom comportamento” e fazê-lo desistir da greve. Com um intuito diferente, a ação desse grupo de operárias da Fiação e Tecidos também foi retratada pelo jornal como um exemplo de comportamento a se seguir. Adjetivo como “laboriosas”, “dignas” são usados para descrevê-las, passando para o leitor a imagem de uma operária corajosa, disposta a perder o emprego, para manter a sua moral e a sua dignidade e também para proteger o nome da sua família. Sem mencionar as dificuldades que elas poderiam enfrentar ao perder a sua renda, a imprensa as retrata como heroínas. Dentre as fontes analisadas, esse texto foi o único que deixou um pouco de lado a “pobre” e “frágil” operária e a apresentou com diferentes cores.

A fragilidade se estendia também à saúde física das trabalhadoras. Os jornais salientam que a mulher possuiria uma constituição física e, por conseguinte, uma saúde mais frágil que a do homem. Assim, a fábrica seria um ambiente tóxico e, portanto, perigoso para a operária. No texto de *O Exemplo* de 1911, já citado, escrito por Silva Mansinho, a questão da saúde e do malefício que é para uma mulher trabalhar em uma fábrica também aparece.

O autor cita o caso das operárias cigareiras, explicando que elas estariam expostas a elementos químicos tóxicos: “(...) A saúde, o temperamento de uma caixeira não estão sujeitos às intoxicações letais e as alterações morais, como a saúde e o temperamento das cigareiras (...)” (p.03). Observe-se que, nessa passagem, a moral e saúde física da mulher estão ligadas e são ameaçadas pelo mesmo lugar que é a fábrica. Havia uma ideia de que as mulheres possuíam uma saúde muito mais frágil do que as dos homens e que a fábrica representava um duplo perigo, um perigo para o corpo e para alma.

Da mesma forma, Perrot assinala que

A mulher é, inicialmente, um corpo “fraco”, com “órgãos delicados”, “frágeis/”, sujeitos a “indisposições periódicas”, corpo que condiciona seu humor instável. (...) Este corpo é ameaçado pelas máquinas que lhes infligem posições deformantes, doenças íntimas, que (as moças), não deveriam nem mesmo conhecer o nome. (...) A indústria destrói a beleza e, sobretudo, a saúde da mulher (...)” (PERROT, 1998, p. 177-178)

Estendendo a fragilidade para o corpo físico, a imagem de vulnerabilidade da operária aumenta. Ao representar a mulher operária como um ser extremamente vulnerável tanto pelas suas supostas qualidades morais naturais (timidez, docilidade, passividade) quanto por sua constituição física, os jornais analisados reforçam a mensagem de que a mulher não serviria para trabalhar em uma fábrica, sendo o lar o lugar mais seguro para ela.

Alguns dos textos do jornal socialista *A Democracia* nos quais aparece essa figura da operária frágil estão ligados à exploração que elas sofrem nas fábricas. Em um texto de *A Democracia*, intitulado “As costureiras”, do dia 28 de maio de 1905, é abordado a exploração que as costureiras estão passando nessa empresa. No texto é citado

Existe nesta capital uma firma comercial estabelecida na rua 15 de Novembro, que em concorrência aberta pela direção do Arsenal de Guerra, há tempos apresentou propostas daquela firma, para os outros é realmente de se espantar. (...) Assinado o contrato, porém, ao que parece, a firma reconheceu ter-se enganado no cálculo: e daí calculou outra coisa: tirar do trabalho da costureira que confeccionassem as polainas(...)Pronta e entregue a encomenda é quando começam as dificuldades para a pobre costureira (...) Se a pobre vítima protesta, ouve grosserias. (p. 3)

Em outro texto do jornal, já citado anteriormente, do dia 21 de maio de 1905, em que se relata a mesma dificuldade de costureiras de receberem o pagamento pelo material produzido, as trabalhadoras são descritas como “pobres costureiras, cheias de acanhamento, (...) pobres costureiras”, a fragilidade é associada a essas mulheres. Cabe ressaltar, que embora os trabalhadores homens também sofressem com baixos salários e exploração, não eram descritos da mesma forma que as mulheres nos periódicos: a vulnerabilidade era somente associada ao feminino.

A OPERÁRIA QUE TROCOU O SEU LAR PELA FÁBRICA

A segunda representação encontrada nas fontes de imprensa consultadas é a da operária que abandona o seu lar e o seu papel de esposa e mãe. Essa ideia estava ligada ao fato da mulher trabalhar fora do lar. Na sociedade rio-grandense da Primeira República, o papel da mulher na sociedade era claro e se limitava à esfera privada.

Conforme Joana Pedro (2004) no positivismo⁴ de August Comte, o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar era ser mãe. A autora resalta que, dessa maneira, os papéis familiares de filha, irmã e esposa seriam uma preparação para o papel de mãe e, dentro desse retrato, a autoridade masculina e a submissão eram sinônimos de obediência e amor. Essa obediência por parte das mulheres se devia ao fato de serem vistas como seres delicados e meigos. Dentro dessa perspectiva elas não deveriam revidar e obedeceriam aos seus maridos.

Para os positivistas, a função feminina consistia em “aperfeiçoar a natureza humana”, (PEDRO, 2004, p.248). A mulher seria a educadora, algo de grande responsabilidade, pois através dela as futuras gerações seriam moldadas, como William Ross Wallace fala em seu poema de 1865 *The Hand that rocks the cradle*: “a mão que balança o berço, é a mão que governa o mundo”. A função de educar era vista como uma grande missão da mulher dentro da sociedade. Assim, o trabalho fora do lar estaria fazendo com que as mulheres deixassem de lado o seu dever mais importante e, por conseguinte, o futuro das próximas gerações poderiam estar correndo risco.

Em alguns dos periódicos analisados não foi encontrada uma menção direta ao abandono familiar, mas era reforçado o papel da mulher como esposa e mãe. Em *A Federação* é possível encontrar esta representação. No texto do dia 27 de junho de 1906, R. Teixeira Mendes menciona que

(...) A esta questão prende-se a *preservação das mulheres*, anciãos e crianças do trabalho industrial. O homem deve sustentar a mulher- eis o melhor resumo prático de todo o programa moderno, disse Augusto Comte, a fim de que ela possa *preencher convenientemente o seu destino social*. O salário do chefe de família deve bastar para alimentar a esposa (...)” (p. 1, grifo meu)

É bem clara aqui a função da mulher na sociedade, assim como o papel do homem como provedor da família, alicerçada na citação do próprio Comte. No mesmo texto é defendido que a mulher não deveria trabalhar na indústria. Em outro artigo de *A Federação*, desta vez do dia 24 de maio de 1917, escrito por Décio Coimbra, o autor sustenta que “o homem para vida pública, a mulher para a vida do lar (...) Antes de tudo preserva o lar”. Ou seja: o lugar da mulher era dentro do seu lar e o seu lugar de atuação era na esfera privada.

⁴ Destaco que a influência que o positivismo tinha na época na sociedade rio-grandense não foi a causa, mas apenas reforçou para mulher o seu papel de esposa e mãe e também enfatizou de uma maneira mais assertiva a esfera de atuação da mulher, que era o círculo doméstico. (N/A)

O jornal *A Federação* parece prestar pouca atenção na operária pelo número de aparições deste tema nos periódicos que pesquisei. No entanto, no texto já citado do dia 24 de maio de 1917, que se intitula “A Eva Brasileira”, é discutido o papel da mulher, a emancipação feminina e o feminismo. Em relação às operárias, é feita a seguinte afirmação: “As nossas condições são outras, que não a do povo europeu. Falta-nos a mulher operária, que é o exército nas fábricas” (p.01).

Ao fazer semelhante comparação, me parece que é omitido ou desconsiderado pelo redator o grande número de operárias nas fábricas brasileiras, assim como as articulações feitas por essas mulheres dentro dos movimentos operários, no interior dos quais militavam por melhores condições de trabalho, bem como sua importante presença nas greves do período no Rio Grande do Sul, como já mencionado no primeiro capítulo.

No jornal *O Exemplo* se vê esse mesmo tipo de abordagem. Na edição do dia 16 de abril de 1916, aparece o seguinte texto, assinado por Mariano Garcia

O que é preciso fazer par pôr cobro a essa exploração dos industriais não é regulamentar o trabalho das mulheres, não; é *deixá-las no lar*, ao lado dos seus entes queridos, e, as crianças só mandam para a fábrica, depois dos 14 anos de idade, isto os meninos, *porque as meninas devem viver no lar, ao lado dos seus, até que tenham que ir constituir, por sua vez, outros lares*. Os homens devem sofrer(...) nunca, porém enviar suas mulheres e filhas para essas escolas de prostituição, que são as fábricas (p. 02, grifo meu)

Não há menções de um suposto abandono dos filhos por parte das mães. Porém, o texto ressalta que a mulher deve se manter no seu lar, de preferência até mesmo as solteiras, que só deveriam sair de suas casas quando fosse o momento de constituir a própria família. Permitir que as mulheres fossem para as fábricas seria um grande erro, pois poderia estar desvirtuando-as de seu “propósito”, podendo levá-las a uma suposta queda moral, pois, como o autor mesmo escreve, as fábricas eram consideradas “escolas de prostituição”.

Essa construção ideal feminina se origina das classes burguesas latino-americanas, mas Mirta Lobato (1995), escrevendo sobre a Argentina entre o período de 1907 a 1970, explica que a generalização desse modelo foi aceito pelas classes subalternas. Porém, isto não ocorreu sem tensões, já que a própria experiência cotidiana colocava este ideal em questionamento. A realidade das famílias operárias diferia muito daquela das classes altas, o que provocaria conflitos entre o que era o modelo feminino e as escolhas enfrentadas pelas mulheres das classes operárias.

Por deixar o lar para ir trabalhar nas fábricas, as trabalhadoras eram vistas como mulheres em vias de abandonar as suas famílias. Rago (2004) observa que muitos acreditavam que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família e tornaria os laços familiares mais frouxos: as crianças cresceriam soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixariam de ser mães e esposas dedicadas e muitas mulheres poderiam até mesmo perder o interesse pelo matrimônio e maternidade. Assim, o futuro da sociedade estaria ameaçado com a ida da mulher para o trabalho fora de casa.

No jornal *A Democracia*, em um texto escrito por Currelo Mendonça, do dia 12 de agosto de 1907, o autor discorre sobre a necessidade de escolas maternas para os filhos das trabalhadoras, ressaltando a preocupação sobre o que aconteceria com a criação dessas crianças, sem a presença das mães. Assim, mesmo sem intenção, a ausência das mães “expunha-os a deformidades físicas, à depravação resultante da ignorância e ociosidade a que os deixava expostos” (p. 3). Essas crianças, abandonadas à própria sorte, que não poderiam mais contar com a presença da mãe no seu dia a dia, tinham o seu futuro ameaçado, podendo se tornar futuros delinquentes.

O trabalho feminino nas fábricas era considerado com características de abandono familiar. Contudo, essa grande preocupação refletida nos periódicos da época refere-se a trabalhadoras fabris. Em contraste, não encontrei nas fontes analisadas a mesma inquietação em relação a trabalhos considerados tipicamente femininos, como lavadeiras, cozinheiras, empregadas domésticas (muitas delas deixavam os filhos com terceiros para ficar permanentemente na casa das patroas), ou até mesmo em relação a professoras.

Em relação a estas trabalhadoras, não aparece associada à figura da mãe que abandona seus filhos e marido. Acredito que por essas mulheres exercerem funções que são historicamente ligadas ao feminino, à esfera doméstica ou no caso da professora, no seu papel de educadora, papel que também é culturalmente associado à mulher, não há referências de que estas estejam deixando as suas atribuições. Também muitos desses trabalhos, como lavadeiras, cozinheiras e empregadas domésticas eram exercidas por mulheres negras, mulheres da qual a sociedade prestava pouquíssima atenção e que foram invisibilizadas por muito tempo.

Esse papel da empregada doméstica associado e relegado a mulher negra seria uma herança da escravidão, Angela Davis (2016) cita que essa aspiração imposta na sociedade a mulher para ser a “rainha do lar” acabou por ser tornar uma ideia que foi apagada para as mulheres negras pela escravidão, afinal essa mulher sempre esteve presente e trabalhou nesse espaço doméstico. Para o autor Santos (2021) o espaço ocupado pelas empregadas domésticas, principalmente as mulheres negras, é um espaço que foi legitimado pela condição histórica da escravidão de forma autoritária às essas mulheres lhes conferindo a obrigação do cuidado da casa e família do senhor e da senhora. A autora Nascimento (2018) ressalta que a mulher negra é “elemento no qual se cristaliza mais as estruturas de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão” (2018 [1975], p.82), sendo que o seu papel pouco muda após a emancipação.

Infelizmente nas fontes utilizadas nessa pesquisa não consegui contemplar como a mulher operária negra era vista pela imprensa Rio-Grandense neste período, nem mesmo nas fontes do jornal *O Exemplo* que era voltado ao público negro, pois a questão de raça não é algo debatido quando o assunto é a mulher operária.

A OPERÁRIA LADRA: A MULHER QUE ROUBAVA OS EMPREGOS DOS HOMENS

Essa terceira representação está presente tanto no jornal *O Exemplo* quanto em *A Federação* e apesar de ambos os periódicos terem viés ideológicos diferentes, os dois concordam em apresentar a mulher operária como competidora, uma espécie de “ladra” (a expressão é minha) do trabalho do homem. Como já foi mencionado anteriormente, no momento de maior industrialização e de surgimento das fábricas no Brasil, houve um grande aumento do uso de mão de obra feminina dentro das fábricas, em especial na indústria têxtil. Também por ser uma mão de obra mais barata do que a do homem, a sua presença era grande. Com isso, era comum a ideia de que a mulher estaria roubando os empregos dos homens.

No texto do dia 16 de abril de 1916, do jornal *O Exemplo*, já citado anteriormente, é ressaltado esse aspecto

De todas as questões que o nosso operariado, (...) a questão das mulheres e crianças nas fábricas, (...) os capitalistas industriais modernos, assentam a sua exploração, no trabalho das mulheres (...). A exploração que se faz do braço das mulheres, (...) *afastar para longe o homem, tiram-lhe o trabalho, empurram-no para rua* (...) mas quem de nós viveu na fábrica, viu suprimir o trabalho do homem e encher as fábricas de mulheres (...). (texto de Mariano Garcia, p.02, grifo meu)

Além dos homens estarem perdendo os seus postos dentro das fábricas em razão da menor utilização da mão de obra masculina pela feminina, o jornal também pontua que muitos trabalhadores acabaram se entregando ao alcoolismo por terem perdido os seus empregos. O autor cita que “empurram-no para a rua, para a taverna, onde se embriagam” (p.03). Nesse texto, o fato das mulheres estarem nas fábricas é a razão apontada para que as oportunidades de empregos para os homens diminuíssem consideravelmente.

Esse receio não se estende somente para as mulheres que estão na fábrica. No texto já citado anteriormente de Silva Mansinho, de *O Exemplo*, há uma passagem em que o autor cita que “(...) todos quantos arrepelem com o fato das mulheres passarem a exercer as resguardadas profissões, até então monopolizadas pelos homens(...)” (p.03). A meu ver, tal trecho evidencia o temor do redator em relação à entrada da mulher no mercado de trabalho, em profissões ou funções consideradas masculinas. A apreensão gerada pela possibilidade, vivenciada pela sociedade da época, de que as mulheres pudessem vir a tomar os empregos dos homens não era exclusiva da imprensa operária.

De uma maneira mais sutil que *O Exemplo*, *A Federação* também trazia essa representação associada às operárias. Ao longo do texto publicado no dia 24 de maio de 1917, dois meses antes da Greve Geral de 1917, sobre a “Eva Brasileira”, é mencionado que “(...) Rivais na luta pelo trabalho hão de se encontrar em outros lances da vida social (...)”. Nesta passagem, fica claro que a mulher era vista como uma concorrente do homem.

Como dito anteriormente, o temor de que as trabalhadoras estivessem tirando o lugar dos homens também vinha em forma de “conselhos”, que reafirmavam tanto o lugar quanto o papel social designado à mulher⁵, o que incluía a defesa de concepções como a de que “o lugar da mulher é o lar, do qual não deve ser arrancada, a mulher pode sempre viver com menos que os homens, pois as suas necessidades são menores (PETERSEN, p.89, 1987 *apud* BILHÃO, 2005, p. 162). Ao afirmar que as necessidades das mulheres seriam menores, passa a ser reforçada a ideia de que não há por que a mulher trabalhar fora do lar.

Esse tipo de estratégia foi encontrado nas páginas tanto *O Exemplo* quanto de *A Federação*. Porém, há diferenças. No órgão da imprensa negra, essa terceira representação da operária (ladra) aparece de uma forma mais clara para o público leitor, o que demonstra a grande preocupação que existia sobre esse a diminuição dos empregos para os homens entre a comunidade negra. Porém, a presença do mesmo tema em *A Federação* também evidencia uma concepção que unia grupos diferentes da sociedade rio-grandense à época.

5 Dentro desse modelo, assim como era estabelecido um modelo para as mulheres, também era estabelecido um modelo masculino, do homem provedor da sua família, autoridade máxima dentro do lar. A autora Joana Pedro pontua que não eram apenas as mulheres que passavam por uma normatização, havendo alguns editoriais que citavam algumas regras para os jovens rapazes seguirem, a autora ressalta que provavelmente essas campanhas tinham como finalidade da construção da figura do pai, esposo e trabalhador, o qual viveria ao lado de uma mãe, esposa e dona de casa, o objetivo final era transformar homens e mulheres em “pais e mães responsáveis” (2004, p. 251). Todavia, é importante ter em mente que mesmo que ao homem também fosse dado um papel, esse papel não o restringia e o limitava, como o que acontecia com a mulher.

As três diferentes operárias presentes nas fontes representavam uma preocupação existente no imaginário da sociedade. Essas representações também eram ecos existentes das formas de sociabilidade da sociedade que acabavam nas páginas dos jornais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira muito clara é possível enxergar o grande receio existente na sociedade gaúcha do início do século XX, refletido nas fontes dos jornais, quando o assunto é a mulher trabalhar fora do espaço privado e, em especial, nas fábricas.

Através dessas três representações, foi possível enxergar o choque que existia entre o modelo ideal feminino criado pelas elites, adotado pelo restante da sociedade, e a realidade dessas mulheres trabalhadoras. Os papéis tão bem delimitados no passado poderiam naquele momento estar ameaçados com a transformação social provocada pela ida da mulher para a fábrica ou para qualquer outro emprego considerado tipicamente masculino. Reforço que quando as mulheres apareciam exercendo trabalhos que eram considerados femininos, ligados à esfera doméstica ou na educação, estas representações não aparecem.

Dos jornais analisados para essa pesquisa o jornal *O Exemplo* foi onde encontrei os textos mais conservadores e também pude encontrar as três representações da operária, enquanto que nos outros dois jornais, foi possível encontrar uma ou duas das três que foram apresentadas. Essa postura conservadora, de acordo com a autora Pedro (2004) poderia estar ligada com o fato que “os articulistas pretendiam mostrar o quanto eram diferentes da “escória” – maneira como era classificada pela elite branca a maior parte dos negros” (p.254).

Foi também nele que encontrei algumas questões que são mais abordadas do que nos outros dois periódicos, como o assédio e o desemprego masculino. A questão do assédio a mulher, que apareceu em vários momentos nas fontes do *Exemplo*, talvez reflita a preocupação em torno do risco que a mulher negra sofria, que era provavelmente muito maior que uma mulher branca. Por outro lado, a preocupação com o desemprego dos homens com a chegada da mulher para fábricas talvez reflita um problema em torno da falta de ocupação da população masculina negra no período, infelizmente pelo caráter limitado dessa pesquisa, por ser um TCC não pude contemplar essas duas questões.

Após as análises das fontes e das breves discussões historiográficas e teóricas sobre gênero e classe, foi possível inferir que os jornais, apesar das suas diferentes ideologias e objetivos possuíam uma visão majoritariamente similar (em alguns casos, a mesma) sobre a mulher operária. Através da “trindade feminina” que aparece nas fontes, pode-se inferir que a concepção do que é ser mulher e quais seriam as suas atribuições são compartilhadas pelos três jornais independente das suas posições de classe e raça.

REFERÊNCIAS

Edições dos jornais digitalizadas

Edições do Jornal *A Democracia*.

Sem título, 21 de maio de 1905, p.02

As costureiras, 28 de maio de 1905, p.03.

Sem título, 30 de dezembro de 1906, p.04

Escolas maternas, 12 de maio de 1907, p. 03.

Edições do Jornal *O Exemplo*.

Ed.00014. *Mulheres e crianças nas fábricas*, 16 de abril de 1916, p.02.

Ed.00036. *Sem título*, 17 de setembro de 1916, p.01.

Ed. 00256 *Reportagem Amorosas (com srs caixeiros viajantes)*, 01 de maio de 1911, p.04.

Edições *A Federação: Orgam do Partido Republicano*.

Ed. 00149. *Os operários e o positivismo*, 27 de junho de 1906 p.01.

Ed. 00119 *Eva Brasileira*, 24 de maio de 1917 p.01.

Bibliografia

ARAVANIS. Evangelina. *A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920)*. Revista *Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 3, janeiro-julho de 2010, p. 148--180.

BAK, Joan. *Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre*. Revista: *Métis: história & cultura* – v. 2, n. 4, p. 181-224, jul./dez. 2003

BILHÃO, Isabel. A. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)* - Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005

BILHÃO, Isabel. *Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920)*. Revista: *Educação Unisinos*. v. 20, p. 176-184, maio/agosto 2016 Unisinos.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis. F. *Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades*. Revista: *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015. 14

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre prática e representações*. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.1, p. 171-188, 2002

- COELHO, Fabiano. *O conceito de representação e a sua contribuição à análise do Jornal Sem Terra*. Revista: Fronteiras e Debates, Macapá, v. 1, n.2 jul/dez. 2014.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2018
- KERGOAT, Daniele. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, Helen. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009, 341 p. Ed. Unesp, 2009.
- KERGOAT, Daniele. HIRATA, H. *A classe operária tem dois sexos*. Revista: Estudos Feministas. V. 2, nº 1, p. 93-100, jan/jul 1994.
- LOBATO, Mirta. Z. et al. *Mujer, trabajo y ciudadanía*. Buenos Aires. AR. Ed: Clacso. 1995.
- LUCA, Tania R. *Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos*. Ed. Contexto, 2005. PINSKY, C.B (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, SP. Ed: Contexto, 2005. 304 p.
- MATOSO, Caroline.D. LEDERMAN, Luana.S. *A resistência das operárias da fábrica Rheingantz aos métodos punitivos: Transgressões no ambiente Fabril.(Rio Grande 1920-1968)*. Revista Ars Histórica, ISSN 2178-244X, nº19, jul./dez. 2019, p. 55-79.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- THOMPSON. E.P et al. *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*. In: NEGRO, A.L. SILVA, S. A peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas, SP. ED: Unicamp, 2001. 287 p.
- PEDRO, Joana M. *Mulheres do Sul*. Ed. UNESP, 1997. In: EL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.
- PERROT. Michele. *Mulheres ou os silêncios da história*. Michelle Perrot/ tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo, SP: Ed. Paz e Terra, 1988.
- PERUSSATTO, Melissa. *Arautos da Liberdade: Educação, trabalho e cidadania nos pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892-1911)*. Orientador: Fábio Kühn, 2018, p.344. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo*. In: _____; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.
- RAGO. Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: EL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.
- SANTOS, José Adailton de Sousa. *Mulheres negras e trabalho doméstico: racismo e desigualdades na pandemia do covid-19*. Revista O Público e o Privado, nº 40, set/dez.2021. p. 25-47

SAFFIOTI, Heleieth.I.B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, RJ: Ed: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil de análise*. Educação & Realidade, v.1S, n.2, jul./dez. 1990, traduzido da versão em francês. p.86-87

SCHMIDT, Benito. B. *De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, outubro de 1906*. Porto Alegre, RS. ED: UFRGS, 2005 p.96.

SOUZA, Flávia. F. *Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil*. Revista Mundos do Trabalho, vol. 7 n. 13 janeiro-junho de 2015 p. 275-296